



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

TARDE

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE - ÁREA ADMINISTRATIVA - JUDICIÁRIA

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Bia Haddad se cobra após vitória inédita: "Fiquei um pouco insatisfeita" (adaptado)

Paulista supera Jaqueline Cristian, carimba vaga na terceira rodada – seu melhor resultado no Grand Slam –, mas não fica satisfeita com o próprio desempenho em quadra

Por Redação do GE — Londres, Inglaterra

A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada em Wimbledon. A paulista, porém, não ficou satisfeita com a própria performance na quadra: ela admite que precisou ser conservadora para conquistar o resultado e promete melhorar na próxima fase.

— Estou na terceira rodada em Wimbledon pela primeira vez. Estou feliz pela minha luta, pela briga, mas fiquei um pouco insatisfeita com meu nível de tênis. Quero parabenizar minha adversária, que jogou em alto nível bastante tempo, foi mais competitiva durante todo o jogo. Estou feliz pela minha luta, consegui dar um jeito de ganhar não me sentindo bem. Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante. Fui bastante conservadora. Tenho a oportunidade de melhorar meu tênis. Quero agradecer a todo mundo pelo apoio e pela torcida – declarou a jogadora, que anotou sua nona vitória de virada em 2023, via assessoria de imprensa.

Décima terceira colocada do ranking, Bia Haddad vai enfrentar a romena Sorana Cîrstea – que ocupa o 37º lugar – na terceira rodada, em data a ser anunciada pela organização.

Disponível em: <https://ge.globo.com/tenis/noticia/2023/07/06/bia-haddad-diz-que-foi-conservadora-mas-frisa-tenho-oportunidade-de-melhorar.ghml>

1

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.” (Texto 1, 2º parágrafo)

A palavra “resultadista” é um neologismo. No contexto do texto 1, ela reflete a ideia de que a tenista Bia Haddad adotou, durante o jogo contra Jaqueline Cristian, uma postura:

- (A) generosa;
- (B) cautelosa;
- (C) competitiva;
- (D) anacrônica;
- (E) inédita.

2

“Estou feliz pela minha luta, pela briga, mas fiquei um pouco insatisfeita com meu nível de tênis.” (Texto 1, 2º parágrafo)

Nessa passagem, o substantivo “briga” funciona como sinônimo contextual de “luta”. Isso significa que, nesse contexto específico, as duas palavras se equivalem quanto ao significado.

Dentre as frases abaixo, a única em que a palavra “luta” poderia ser substituída por “briga” SEM alteração substancial de significado é:

- (A) Foi uma luta para o plano de saúde autorizar a cirurgia: eles não queriam autorizar de jeito nenhum, e eu tive que fazer muitas ameaças;
- (B) Por razões que nunca ficaram inteiramente claras, a luta entre os dois grandes boxeadores foi adiada pela organização do evento;
- (C) Segundo o marxismo, a luta de classes é o motor das mudanças sociais;
- (D) Se você acha que merece mais, precisa ir à luta e fazer a sua voz ser ouvida;
- (E) A luta greco-romana fez parte da primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna – mas, infelizmente, não esteve presente em todas as edições.

3

“A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada [...]” (Texto 1, 1º parágrafo)

A reescritura da passagem acima que NÃO apresenta erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, conduziu Bia Haddad Maia à uma inédita terceira rodada;
- (B) A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia àquela inédita terceira rodada;
- (C) Em relação a partida desta quinta-feira, a vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada;
- (D) Bia Haddad Maia foi alçada, graças a vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, a uma inédita terceira rodada;
- (E) Bia Haddad Maia chegou à essa inédita terceira rodada em virtude da vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira.

4

O texto 1 está redigido em registro semiformal. Isso significa que, embora predominantemente formal, ele contém marcas que o afastam de um nível extremo de formalidade.

Uma dessas marcas está corretamente identificada e exemplificada na seguinte alternativa:

- (A) presença de adjetivo anteposto ao substantivo, como se vê em “inédita terceira rodada”;
- (B) presença de conjunção intercalada, como se vê em “A paulista, porém, não ficou satisfeita”;
- (C) emprego de oração adjetiva, como se vê em “Quero parabenizar minha adversária, que jogou em alto nível bastante tempo [...]”;
- (D) presença de aposto em início de período, como se vê em “Décima terceira colocada do ranking, Bia Haddad [...]”;
- (E) emprego de locução verbal de futuro, como se vê em “Bia Haddad vai enfrentar a romena Sorana Cîrstea”.

5

“Estou feliz pela minha luta, consegui dar um jeito de ganhar não me sentindo bem.” (Texto 1, 2º parágrafo)

A oração sublinhada não está ligada à oração anterior por meio de um conectivo. Apesar disso, é correto afirmar que ela expressa, em relação à oração anterior, ideia de:

- (A) conclusão;
- (B) concessão;
- (C) condição;
- (D) conformidade;
- (E) causa.

6

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.” (Texto 1, 2º parágrafo)

A única forma de substituir a expressão nominal “meu nível” por um pronome pessoal SEM gerar desvio em relação à norma padrão é:

- (A) Fui resultadista, o que lhe fez baixar bastante;
- (B) Fui resultadista, o que o fez baixar bastante;
- (C) Fui resultadista, o que fez ele baixar bastante;
- (D) Fui resultadista, o que fez-o baixar bastante;
- (E) Fui resultadista, o que fê-lo baixar bastante.

7

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.” (Texto 1, 2º parágrafo)

Na passagem acima, vê-se o neologismo “resultadista”, no qual o sufixo “-ista” veicula um significado específico.

Esse mesmo significado é expresso pelo sufixo “-ista” na seguinte palavra:

- (A) flautista;
- (B) nortista;
- (C) individualista;
- (D) ametista;
- (E) recepcionista.

8

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.” (Texto 1, 2º parágrafo)

Por meio da leitura do texto 1, é possível inferir o significado do neologismo “resultadista”, presente na passagem acima.

Suponha agora que você precisasse criar, a partir de alguma palavra do texto 1, um neologismo que funcionasse como antônimo de “resultadista”.

Nesse caso, seria correto propor a criação da palavra:

- (A) lutadeiro;
- (B) competitológico;
- (C) performancista;
- (D) conservamento;
- (E) apoioação.

9

No primeiro parágrafo do texto 1, são veiculadas diversas informações por meio da voz do narrador. Dentre essas informações, a única que NÃO é retomada, no segundo parágrafo, por meio de discurso direto é:

- (A) Bia Haddad está classificada para a terceira rodada de Wimbledon;
- (B) Bia Haddad nunca havia chegado à terceira rodada de Wimbledon anteriormente;
- (C) Bia Haddad não ficou satisfeita com seu desempenho;
- (D) Bia Haddad atuou de forma conservadora;
- (E) Bia Haddad prometeu melhorar o nível do seu jogo.

10

Enquanto o primeiro parágrafo é construído pela voz do narrador, o segundo parágrafo nos dá amplo acesso à voz da personagem Bia Haddad.

Como resultado dessa diferença, esses dois parágrafos manifestam, respectivamente, predominância de:

- (A) período composto e período simples;
- (B) usos conotativos e usos denotativos;
- (C) linguagem informal e linguagem formal;
- (D) função referencial e função emotiva;
- (E) sequências argumentativas e sequências injuntivas.

11

“[...] ela admite que precisou ser conservadora para conquistar o resultado e promete melhorar na próxima fase.” (Texto 1, 1º parágrafo)

Nessa passagem, o emprego do verbo “admitir” sugere, implicitamente, que:

- (A) a vitória era inesperada;
- (B) a melhora na próxima fase é uma obrigação;
- (C) ser conservadora é uma característica negativa;
- (D) a necessidade de ser conservadora não era real;
- (E) a próxima fase trará desafios ainda maiores.

Texto 2 – Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40? (adaptado)

Uma dica: tem a ver com o jogo de paume, ancestral do tênis atual.

Por Maria Clara Rossini

A hipótese mais provável tem a ver com o jogo de palma (*jeu de paume*), modalidade francesa da qual o tênis é descendente. A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola. Cada jogador ficava a 60 pés (18 metros) da rede.

Os pontos eram contados de um em um. A cada vez que um jogador marcava, ele deveria se aproximar 15 pés da rede. Depois, mais 15 pés (ficando a 30 pés do início da quadra). É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés – só que essa posição ficava muito próxima da rede, o que aniquilaria o desempenho do participante. O jogador, então, tinha de se aproximar só mais 10 pés, totalizando 40 de distância da sua posição inicial em vez de 45.

Acontece que também existem registros de jogos de tênis que seguiam a ordem “15, 30 e 45”. Um poema escrito no século 15, por exemplo, narra uma partida de tênis entre o rei Henrique 5º, da Inglaterra e um nobre francês – e utiliza o 45 na contagem. O mesmo ocorre em uma poesia escrita pelo duque Charles de Orleães, da mesma época.

Esse tipo de registro coloca uma dúvida na cabeça dos historiadores do esporte. Uma hipótese que justificaria o “45” é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo. Cada quarto de hora representaria um ponto, e quem conseguisse dar a volta primeiro ganhava. Apesar de fazer algum sentido, não há evidências do uso de relógios para esse fim. É provável que muitos passaram a usar o 45 simplesmente por ser uma progressão mais natural, com intervalos uniformes.

Mesmo assim foi o 15, 30, 40 que vingou. O *jeu de paume* agradece.

Disponível em:

<https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-a-pontuacao-nos-jogos-de-tenis-segue-a-ordem-15-30-e-40/>

12

No que se refere ao seu tipo textual predominante, o texto 2 deve ser classificado como:

- (A) descritivo;
- (B) narrativo;
- (C) expositivo;
- (D) modal;
- (E) injuntivo.

13

“Uma hipótese que justificaria o ‘45’ é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo.” (Texto 2, 4º parágrafo)

Nessa passagem, as aspas presentes em “45” desempenham uma função específica.

Essa mesma função pode ser identificada na seguinte alternativa:

- (A) Disseram que eu preciso assinar o documento em três vias, anexar uma foto 3x4 atual e mandar tudo pelo correio – olha que “simples”!;
- (B) A palavra “casa” tem quatro letras;
- (C) Paulo jura que foi tudo sem querer, mas esse tal “acidente” de que ele fala é muito suspeito;
- (D) O “coffee break” durou muito mais do que o previsto;
- (E) Nas palavras da Isadora, “nada deve ser feito, sob o risco de piorar ainda mais a situação”.

14

“É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés [...]” (Texto 2, 2º parágrafo)

De acordo com o princípio da *correlação verbal*, dois verbos ligados por uma relação de subordinação devem estar em harmonia no que tange aos seus tempos e modos. Na passagem acima, porém, esse princípio é violado.

Considerando-se o contexto mais amplo em que a passagem se insere, a única alternativa em que essa violação é corrigida SEM gerar incoerência textual é:

- (A) É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproxime mais 15 pés;
- (B) Seria de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés;
- (C) Era de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproxime mais 15 pés;
- (D) Era de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximará mais 15 pés;
- (E) É de se esperar que no terceiro ponto o jogador tivesse se aproximado mais 15 pés.

15

“Uma dica: tem a ver com o jogo de paume, ancestral do tênis atual.” (Texto 2, Intertítulo)

Nessa passagem, os dois-pontos são usados para introduzir um(a):

- (A) especificação;
- (B) contra-argumento;
- (C) gíria;
- (D) síntese;
- (E) neologismo.

16

“A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola.” (Texto 2, 1º parágrafo)

Se desconsiderarmos nosso conhecimento de mundo, veremos que o período acima é ambíguo, isto é, apresenta mais de um sentido.

A alternativa em que o acréscimo de uma ou mais vírgulas desfaz essa ambiguidade e preserva apenas o sentido desejado pela autora é:

- (A) A principal diferença, entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola;
- (B) A principal diferença, entre os dois, é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola;
- (C) A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente, os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola;
- (D) A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão, mesmo para rebater a bola;
- (E) A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo, para rebater a bola.

17

“Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40?” (Texto 2, Título)

No título do texto 2, vemos a grafia “Por que”, que está em conformidade com a ortografia oficial do português.

A alternativa em que um “porquê” está grafado de forma INCORRETA é:

- (A) O motivo porque a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40 tem a ver com o jogo de palma;
- (B) Os estudiosos explicaram por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40;
- (C) A pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40 por que, no antigo jogo de palma, os atletas se aproximavam gradualmente da rede;
- (D) A pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40, mas poucos sabem por quê;
- (E) Os historiadores do esporte explicaram o porquê de a pontuação nos jogos de tênis seguir a ordem 15, 30 e 40.

18

“Cada quarto de hora representaria um ponto, e quem conseguisse dar a volta primeiro ganhava.” (Texto 2, 4º parágrafo)

Nessa passagem, um elemento gramatical é usado para sinalizar que a enunciadora não se compromete com a validade da informação veiculada.

A alternativa em que esse elemento está corretamente identificado é:

- (A) pronome indefinido invariável, como se vê em “Cada quarto”;
- (B) adjunto adnominal, como se vê em “quarto de hora”;
- (C) morfema modo-temporal, como se vê em “representaria”;
- (D) sujeito oracional, como se vê em “quem conseguisse dar a volta primeiro ganhava”;
- (E) forma nominal do verbo, como se vê em “dar a volta”.

19

“Acontece que também existem registros de jogos de tênis que seguiam a ordem ‘15, 30 e 45’.” (Texto 2, 3º parágrafo)

A sequência “Acontece que” não é usualmente tratada, nos compêndios gramaticais, como um conectivo. Na passagem acima, contudo, ela desempenha essa função, na medida em que conecta duas partes do texto estabelecendo, entre elas, uma relação semântica específica.

A alternativa em que o conector sublinhado sinaliza a mesma relação semântica estabelecida pelo “Acontece que” na passagem acima é:

- (A) “Depois, mais 15 pés (ficando a 30 pés do início da quadra).” (Texto 2, 2º parágrafo);
- (B) “É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés – só que essa posição ficava muito próxima da rede [...]” (Texto 2, 2º parágrafo);
- (C) “O jogador, então, tinha de se aproximar só mais 10 pés [...]” (Texto 2, 2º parágrafo);
- (D) “Um poema escrito no século 15, por exemplo, narra uma partida de tênis entre o rei Henrique 5º, da Inglaterra e um nobre francês [...]” (Texto 2, 3º parágrafo);
- (E) “Um poema escrito no século 15, por exemplo, narra uma partida de tênis entre o rei Henrique 5º, da Inglaterra e um nobre francês – e utiliza o 45 na contagem.” (Texto 2, 3º parágrafo).

20

“Uma hipótese que justificaria o ‘45’ é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo.” (Texto 2, 4º parágrafo)

A alternativa em que a conversão da oração sublinhada para a voz passiva preserva o significado original e NÃO acarreta desvio em relação à norma padrão é:

- (A) Uma hipótese que o “45” seria justificado é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo;
- (B) Uma hipótese para a qual o “45” seria justificado é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo;
- (C) Uma hipótese por que será justificado o “45” é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo;
- (D) Uma hipótese por meio da qual o “45” seria justificado é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo;
- (E) Uma hipótese para a qual justificar-se-ia o “45” é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo.

Legislação Específica

21

Joana, servidora do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, foi informada de que determinado processo, por exigência legal, deveria contar com revisor.

Ao se informar a respeito do critério de escolha do revisor, à luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Joana concluiu, corretamente, que esse agente:

- (A) deve ser sorteado na mesma sessão em que ocorrer o sorteio do relator;
- (B) é o desembargador que se seguir ao relator na ordem crescente de antiguidade;
- (C) é o desembargador que se seguir ao relator na ordem decrescente de antiguidade;
- (D) será identificado conforme o tabelamento previamente estabelecido em relação ao relator;
- (E) é o desembargador que tiver recebido o menor número de feitos no trintídio anterior, excluído o relator.

22

Ana, economista hábil e que ocupara diversos cargos em comissão na Administração Pública brasileira, passou a ocupar cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado de Sergipe. Quando ainda se encontrava no período de estágio probatório, o seu nome foi cogitado para o cargo de diretora-presidente de uma autarquia do referido Estado.

À luz da sistemática estabelecida no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe, é correto afirmar que Ana:

- (A) não pode ser nomeada para o referido cargo, apenas para o de secretário de Estado;
- (B) não pode ser nomeada para o referido cargo, mas não há óbice a que exerça uma função de confiança;
- (C) pode ser nomeada para o referido cargo e, enquanto ocupá-lo, ficará suspenso o período de estágio probatório para o cargo de provimento efetivo;
- (D) pode ser nomeada para o referido cargo e o tempo em que ocupá-lo será computado no período de estágio probatório para o cargo de provimento efetivo;
- (E) pode ser nomeada para o referido cargo, sendo-lhe assegurada a opção pelo cômputo do respectivo tempo de exercício no período de estágio probatório.

23

Paulo, recém-empossado em cargo de provimento efetivo no Poder Executivo do Estado de Sergipe, foi informado por um colega de serviço que, em razão de uma redistribuição, o volume de serviço de ambos aumentaria.

Ao analisar a informação recebida, Paulo concluiu, corretamente, que:

- (A) o cargo que ocupava foi trasladado para uma classe diversa, com exigências distintas de produtividade;
- (B) ocorreu a translação de cargo, com o respectivo ocupante, para o quadro de pessoal de entidade autárquica do Estado;
- (C) outro órgão do Poder Executivo fora extinto e suas atribuições foram transferidas para o órgão que ele e seu colega ocupavam;
- (D) o órgão no qual estava lotado foi extinto, sendo suas atribuições concentradas em órgão diverso, o que exigia a finalização do acervo;
- (E) foi editada lei, transferindo os cargos vagos, existentes no órgão no qual estava lotado, para órgão diverso do quadro de pessoal do Poder Executivo.

24

Ana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, foi orientada a encaminhar determinado feito ao órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual.

Após consultar o Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, Ana concluiu, corretamente, que o referido órgão é:

- (A) a Auditoria Militar;
- (B) o Tribunal de Justiça;
- (C) o Conselho de Justiça;
- (D) o Conselho de Disciplina;
- (E) o Tribunal de Justiça Militar.

25

Pedro, após regular aprovação em concurso público, foi nomeado para ocupar cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Apesar da nomeação, Pedro não assinou nenhum termo no qual declarasse aceitar o cargo, comprometendo-se a bem e fielmente cumprir os deveres correspondentes, situação que perdurou por trinta dias.

À luz da sistemática estabelecida no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe, é correto afirmar que o fato de Pedro não ter assinado nenhum termo:

- (A) obsta o exercício funcional enquanto perdurar a omissão, que pode ser sanada a qualquer tempo;
- (B) configura vício puramente formal, não produzindo efeitos quanto à relação funcional mantida com o poder público;
- (C) somente configurará causa de nulidade da nomeação caso o exercício funcional não tenha sido regularmente iniciado;
- (D) obsta o exercício funcional e deve ser assinado até o limite temporal máximo de mais trinta dias, vedada qualquer prorrogação;
- (E) obsta o exercício funcional, mas, por razões plenamente justificadas, pode ser assinado em lapso superior a sessenta dias, contados da nomeação.

26

Maria, após regular aprovação em concurso público, logrou êxito em ser nomeada servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o que foi motivo de grande satisfação para a família, pois Joana, sua irmã, já ocupava cargo semelhante.

Com o objetivo de diminuir os custos de transporte, Maria solicitou que fosse lotada na mesma Comarca de Joana, que contava com um juízo único.

À luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode funcionar na mesma comarca de Joana, qualquer que seja a posição hierárquica de uma e outra;
- (B) pode funcionar na mesma comarca de Joana, desde que não haja dependência hierárquica entre ambas;
- (C) não pode funcionar, em nenhuma hipótese, na mesma comarca de Joana, considerando a vedação ao nepotismo;
- (D) somente pode funcionar na mesma comarca de Joana caso ambas firmem o termo de impessoalidade na atuação funcional;
- (E) somente pode funcionar na mesma comarca de Joana mediante autorização do presidente do Tribunal, ouvido o Conselho da Magistratura.

27

Ana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, foi consultada por uma colega em relação ao órgão competente para processar e julgar originariamente os mandados de segurança impetrados contra atos dos juízes cíveis.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Ana informou, corretamente, que a competência é:

- (A) do Tribunal Pleno;
- (B) de uma Câmara Cível;
- (C) do Grupo de Câmaras Cíveis;
- (D) da Seção Especializada Cível;
- (E) do Conselho da Magistratura.

28

João, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, tomou conhecimento de que determinado cidadão, insatisfeito com o tratamento que recebera, teria oferecido uma representação contra ele, almejando a aplicação de uma sanção disciplinar.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a representação deve ser direcionada:

- (A) à Corregedoria-Geral da Justiça, que a receberá e, se for o caso, instaurará processo administrativo disciplinar, cabendo recurso para o Tribunal Pleno;
- (B) ao presidente do Tribunal de Justiça, que a receberá e, se for o caso, instaurará processo administrativo disciplinar, com recurso para o Tribunal Pleno;
- (C) à Corregedoria-Geral da Justiça, que a receberá e, se for o caso, instaurará processo administrativo disciplinar, cabendo recurso para o Conselho da Magistratura;
- (D) à Corregedoria-Geral da Justiça, que a receberá e processará, e, se for o caso, encaminhará ao presidente do Tribunal de Justiça proposta de instauração de processo administrativo disciplinar;
- (E) ao presidente do Tribunal de Justiça, que a receberá e processará, e, se for o caso, encaminhará ao Conselho da Magistratura proposta de instauração de processo administrativo disciplinar.

29

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado de Sergipe, foi posta em disponibilidade. Caso Maria venha a retornar ao serviço público, ocupando um cargo vago, estaremos perante o instituto do(a):

- (A) reversão;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) renomeação;
- (E) aproveitamento.

30

Ingo, recém-empossado em cargo público de provimento efetivo no Estado de Sergipe, teve dúvidas quanto aos efeitos das denominadas “faltas abonadas” em relação à contagem do tempo de serviço.

Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, à luz do Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe, que as referidas faltas abonadas:

- (A) não acarretam efeitos disciplinares ou desconto vencimental dos respectivos dias de ausência, mas não são computadas como período de efetivo exercício funcional;
- (B) podem ser concedidas até o limite de oito por ano, não acarretando desconto vencimental e sendo computadas como período de efetivo exercício funcional;
- (C) podem ser concedidas até o limite de duas por mês, acarretando desconto vencimental e não sendo computadas como período de efetivo exercício funcional;
- (D) decorrem da necessidade de ausência ao serviço para tratamento de saúde, de Ingo ou de pessoa da família, sendo consideradas como de efetivo exercício funcional;
- (E) decorrem da presença de uma situação prevista em lei, que autorize a ausência ao serviço, o que afasta a existência de limites, sendo computadas como período de efetivo exercício funcional.

Conhecimentos Específicos

31

Certa organização constatou um aumento significativo no tempo de atendimento aos clientes. Algumas causas do problema foram identificadas em aspectos relativos a pessoal, sistemas de TI e procedimentos de atendimento. A gerente responsável pela gestão da qualidade quer organizar e analisar as informações para estabelecer as relações principais de causa e efeito no problema constatado.

Para isso, a gerente deve utilizar a seguinte ferramenta da qualidade:

- (A) 5S;
- (B) gráfico de Gantt;
- (C) gráfico de dispersão;
- (D) folhas de verificação;
- (E) diagrama espinha de peixe.

32

O juiz titular da 1ª Vara Criminal da Comarca XYZ, ao palestrar na Ordem dos Advogados do Brasil, tece comentários sobre a isenção do serviço do júri.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a hipótese de isenção do serviço do júri corresponde a:

- (A) membros da Procuradoria Estadual;
- (B) maiores de 60 anos de idade;
- (C) militares em serviço inativo;
- (D) secretários municipais;
- (E) vereadores.

33

Considere as seguintes situações:

- (i) fixação de domicílio; e
- (ii) morte do genitor que leva à abertura da sucessão hereditária em favor de seu único filho.

De acordo com a classificação do Código Civil, as situações citadas são exemplos, respectivamente, de:

- (A) ato jurídico *stricto sensu* e fato jurídico *stricto sensu*;
- (B) ato jurídico *lato sensu* e fato jurídico *lato sensu*;
- (C) negócio jurídico e fato jurídico *stricto sensu*;
- (D) ato jurídico *stricto sensu* e fato jurídico *lato sensu*;
- (E) ato jurídico *stricto sensu* e ato jurídico *stricto sensu*.

34

João, no dia 09/05/2023, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências do devido processo legal, foi condenado, pela prática de uma determinada infração penal, à pena de 15 dias de detenção. O acusado, que respondeu ao processo em liberdade, se entregou às autoridades competentes no dia 10/05/2023, sendo encaminhado ao presídio às 22h do mesmo dia. No dia 11/05/2023, pela manhã, João foi apresentado ao diretor do estabelecimento prisional, que lhe passou todas as diretrizes afetas ao cumprimento da pena.

Considerando as disposições do Código Penal que versam sobre a contagem de prazo, o último dia de cumprimento de pena será:

- (A) 23/05/2023;
- (B) 24/05/2023;
- (C) 25/05/2023;
- (D) 26/05/2023;
- (E) 27/05/2023.

35

1º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu amigo íntimo.

2º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu credor.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz dar-se-á por:

- (A) suspeito, no 1º cenário, mas, no 2º cenário, inexistente causa de impedimento ou de suspeição;
- (B) suspeito, no 1º cenário, e por impedido, no 2º cenário;
- (C) impedido, no 1º cenário, e por suspeito, no 2º cenário;
- (D) impedido, nos dois cenários;
- (E) suspeito, nos dois cenários.

36

Maria, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da classificação de uma Constituição que, apesar de se mostrar válida, não se ajusta à realidade do processo político, embora busque direcioná-lo, o que impede a plena integração do plano normativo ao plano político-social.

O professor respondeu, corretamente, que a Constituição descrita por Maria deve ser classificada como:

- (A) programática;
- (B) pragmática;
- (C) normativa;
- (D) semântica;
- (E) nominal.

37

Maria, pessoa com deficiência e servidora pública estadual, consultou um advogado a respeito de ter direito, ou não, a algum tratamento diferenciado, considerando os demais servidores públicos, isto em relação aos critérios de idade e tempo de contribuição, para fins de aposentadoria voluntária.

O advogado, considerando a Constituição da República de 1988, respondeu, corretamente, que o tratamento diferenciado mencionado por Maria:

- (A) pode ser estabelecido em lei ordinária, de caráter nacional, editada pela União;
- (B) pode ser estabelecido em lei complementar do Estado ao qual Maria está vinculada;
- (C) está expressamente previsto na ordem constitucional, que detalha a sua amplitude e estabelece os seus limites;
- (D) pode ser autorizado em lei complementar da União e detalhado em lei ordinária do Estado ao qual Maria está vinculada;
- (E) é expressamente vedado pela ordem constitucional, considerando a isonomia que deve reger as relações previdenciárias dos servidores públicos.

38

Três consumidores adquiriram um medicamento cuja ingestão lhes provocou tonteados e desmaios, obrigando, inclusive, um deles a se internar em hospital por alguns dias.

Posteriormente, eles intentaram ação indenizatória em face do fabricante do fármaco, pleiteando a sua condenação a lhes pagar verbas indenizatórias dos danos materiais e morais que alegadamente experimentaram.

No tocante ao litisconsórcio ativo que se formou, é correto afirmar ser ele:

- (A) necessário e simples;
- (B) necessário e unitário;
- (C) facultativo e simples;
- (D) facultativo e unitário;
- (E) facultativo e multitudinário.

39

A departamentalização funcional agrupa tarefas, atividades e pessoas com base na similaridade e proximidade das tarefas, habilidades, recursos e conhecimentos necessários para o desempenho das funções. É um tipo de departamentalização tradicional e, embora apresente desvantagens, é a mais comum nas organizações.

É uma desvantagem da departamentalização funcional:

- (A) dificultar a especialização técnica dos funcionários;
- (B) dificultar a coordenação intradepartamental;
- (C) dificultar a adaptação a mudanças externas;
- (D) apresentar tendência a aumento de custos pela duplicidade e redundância de funções;
- (E) orientar as pessoas para atividades específicas, utilizando as competências de maneira ineficaz.

40

Joana, gerente de RH em uma fundação privada, recebeu a incumbência de definir o orçamento de treinamento de toda a organização para o ano de 2024. Joana acaba de assumir o cargo e não tem muita experiência com elaboração de orçamentos, então, decidiu tomar como base o valor do orçamento de treinamento de 2023 e estabeleceu um valor 20% maior para 2024.

Em seu processo de tomada de decisão, Joana incorreu no viés conhecido como:

- (A) evidência confirmadora;
- (B) representatividade;
- (C) filtragem;
- (D) ancoragem;
- (E) *framing*.

41

Guilherme, agente público, conduzia um veículo automotor, pertencente ao Estado Alfa, até o local de uma diligência externa. Em razão do excesso de velocidade empregado, Guilherme acabou por colidir em outro automóvel, gerando danos materiais.

Nesse cenário, é correto afirmar que o Estado Alfa:

- (A) não responderá, civilmente, pelos danos causados por Guilherme, que suportará, pessoalmente, as consequências decorrentes de sua conduta;
- (B) não responderá, civilmente, pelos danos causados por Guilherme, considerando que o agente público não atuou com dolo;
- (C) responderá, civil e subjetivamente, pelos danos causados por Guilherme, à luz da teoria do risco administrativo;
- (D) responderá, civil e objetivamente, pelos danos causados por Guilherme, à luz da teoria do risco administrativo;
- (E) responderá, civil e subjetivamente, pelos danos causados por Guilherme, à luz da teoria do risco integral.

42

Determinada sociedade empresária, denominada Aldair Peixoto Comércio de Artigos de Luxo Ltda., deseja vender seu nome empresarial para outra sociedade pelo valor de quinze milhões de reais.

Nesse caso, o negócio jurídico é:

- (A) inexistente, porque o nome, no ordenamento brasileiro, não é instituto com disciplina específica, razão pela qual não pode ser autonomamente transacionado;
- (B) existente e válido, porque, no ordenamento brasileiro, as pessoas jurídicas não são titulares de direito da personalidade, razão pela qual é possível a venda de seu nome;
- (C) existente e válido, porque, embora, no ordenamento brasileiro, as pessoas jurídicas sejam titulares de direitos da personalidade, a doutrina majoritária e o Código Civil atribuem ao nome a natureza de direito de propriedade que pode ser livremente vendido;
- (D) existente e inválido, porque no ordenamento brasileiro as pessoas jurídicas, embora sejam titulares de direitos da personalidade, somente podem ceder seu nome a título gratuito, como, aliás, também as pessoas físicas podem fazê-lo;
- (E) existente e inválido, porque, no ordenamento brasileiro, as pessoas jurídicas são titulares de direitos da personalidade, de modo que o nome não pode ser vendido no caso concreto, seja em caráter oneroso ou gratuito.

43

O réu, em sua contestação, alegou que o fato constitutivo do direito afirmado pelo autor não era verdadeiro, pois fora coagido a contratar. Assim, juntou aos autos uma quantidade elevada de documentos que comprovariam a veracidade de suas alegações. Na sequência, o juiz determinou um prazo de trinta dias para que o autor se manifestasse quanto ao acrescido no processo.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) incorreta, uma vez que o prazo para que o autor se manifeste em réplica é de quinze dias, violando assim o devido processo legal;
- (B) incorreta, uma vez que o juiz dilatou um prazo processual próprio, violando o princípio da isonomia das partes;
- (C) correta, uma vez que a lei prevê o prazo de trinta dias para manifestação, quando o réu afirmar um fato impeditivo do direito do autor;
- (D) correta, uma vez que a lei não estabelece um prazo para a réplica, devendo o juiz fixar um prazo que respeite o princípio do contraditório;
- (E) correta, uma vez que é permitido ao juiz dilatar os prazos processuais, de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

44

João, em maio de 2023, subtraiu, mediante grave ameaça, o telefone celular e a carteira de Ingrid, vindo, em seguida, a ser capturado em flagrante.

Após tomar ciência dos fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, em razão da prática do crime de roubo simples, cujo preceito secundário prevê as penas de 4 a 10 anos de reclusão e multa.

No curso do processo, em julho de 2023, é editada nova legislação, dando azo ao aumento das sanções do roubo simples: o preceito secundário passou a prever as penas de 6 a 12 anos de reclusão e multa.

De acordo com as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a nova lei:

- (A) não incidirá no processo vinculado ao crime perpetrado por João, em razão do princípio da anterioridade;
- (B) incidirá no processo vinculado ao crime perpetrado por João, em razão do princípio da anterioridade;
- (C) não incidirá no processo vinculado ao crime perpetrado por João, em razão do princípio da especialidade;
- (D) não incidirá no processo vinculado ao crime perpetrado por João, em razão do princípio da legalidade;
- (E) incidirá no processo vinculado ao crime perpetrado por João, em razão do princípio da legalidade.

45

O Estado Alfa pretende solicitar à iniciativa privada, observando-se as formalidades legais, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o Estado Alfa, para alcançar a finalidade almejada, fará uso do(a):

- (A) procedimento de manifestação de interesse;
- (B) sistema de registro de preço;
- (C) contratação direta;
- (D) credenciamento;
- (E) pré-qualificação.

46

Johan, holandês, se encontrava trabalhando na filial de uma empresa americana de cosméticos, quando iniciou um relacionamento com Maria, de nacionalidade espanhola, no território brasileiro. Desse relacionamento nasceu Lúria, que foi levada pelos pais, um ano após o nascimento no Brasil, para a Áustria, novo local de trabalho de seu pai.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que Lúria:

- (A) é brasileira nata;
- (B) é estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso preencha os requisitos exigidos;
- (C) é brasileira naturalizada, caso ratifique a opção por essa nacionalidade nos doze meses subsequentes à obtenção da maioridade civil;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira ao completar 18 anos de idade, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) é brasileira nata, desde que os seus pais tenham optado por lhe atribuir essa nacionalidade antes de Lúria completar 18 anos de idade.

47

João, autoridade máxima de determinado órgão da administração direta do Poder Executivo de certo Estado-membro da federação brasileira, questionou sua assessoria a respeito da possibilidade, ou não, na perspectiva constitucional, de ser celebrado algum ajuste para que a autonomia financeira da referida estrutura orgânica venha a ser ampliada.

A assessoria respondeu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que a ampliação alvitada:

- (A) somente pode ocorrer com a edição de lei que a reconheça;
- (B) pode ocorrer com a celebração de contrato com o poder público;
- (C) não pode ocorrer, considerando que o órgão, por ser despersonalizado, não pode ter autonomia financeira;
- (D) não pode ocorrer, considerando que a autonomia financeira é atributo privativo dos poderes estatais e das instituições autônomas;
- (E) somente pode ocorrer com a edição de ato administrativo unilateral pelo poder público, considerando que o órgão é, por essência, despersonalizado.

48

Após o pagamento de um milhão de reais, Maurício prometeu ceder a Flávio todos os bens e direitos que recebeu por herança de seu pai. Estipulou, como condição, que o inventário judicial, aberto em 2014, fosse concluído até 31/01/2022.

Ocorre que, em 2021, ao verificar que o inventário já chegava a seu fim, Maurício se arrependeu. Passou, então, a impedir a finalização do processo, com petições protelatórias e demora excessiva no pagamento dos impostos.

Nesse caso, à luz da disciplina cível acerca das condições enquanto elementos do negócio jurídico, em 01/02/2022, Flávio:

- (A) reconhecendo que não foi cumprida a obrigação pactuada, somente poderá pleitear perdas e danos pela atitude abusiva de Maurício;
- (B) deverá requerer o imediato cumprimento da cessão de direitos hereditários, como se a condição tivesse sido tempestivamente implementada;
- (C) deverá requerer judicialmente extensão do prazo para conclusão do inventário, por prazo equivalente ao atraso causado por Maurício;
- (D) poderá pleitear a anulação do negócio jurídico, diante de condição puramente potestativa;
- (E) deverá pleitear a anulação do negócio jurídico, diante da conduta de má-fé adotada por Maurício a partir de 2021.

49

No Estado Alfa, visando à otimização das atividades administrativas, procedeu-se à criação, por meio de lei específica, de uma nova entidade integrante da Administração indireta, com natureza jurídica de direito público.

Nesse cenário, é correto afirmar que se está diante de um(a):

- (A) fundação estatal de direito público, fruto da desconcentração administrativa;
- (B) sociedade de economia mista, fruto da desconcentração administrativa;
- (C) empresa pública, fruto da descentralização administrativa;
- (D) órgão público, fruto da desconcentração administrativa;
- (E) autarquia, fruto da descentralização administrativa.

50

João, preso preventivamente, responde, em juízo, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, em concurso material. Finda a instrução processual e após a apresentação de alegações finais pelo Ministério Público e pela defesa técnica, o juiz prolatou sentença condenatória, nos exatos termos da denúncia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a intimação da sentença será feita:

- (A) ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído;
- (B) ao defensor constituído pelo réu;
- (C) ao réu, pessoalmente;
- (D) ao réu, por hora certa;
- (E) mediante edital.

51

João, particular, é parado em uma blitz da Polícia Militar, ocasião em que os agentes da lei verificam a presença de uma irregularidade insanável no veículo, que exigirá o seu reboque. João, para evitar o transtorno que a medida lhe causaria, oferece duzentos reais para o agente público, o qual, ato contínuo, lhe prende em flagrante delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João incorrerá no crime de:

- (A) corrupção passiva, na modalidade consumada;
- (B) corrupção ativa, na modalidade consumada;
- (C) excesso de exação, na modalidade tentada;
- (D) corrupção passiva, na modalidade tentada;
- (E) peculato, na modalidade consumada.

52

Jonas, primário e portador de bons antecedentes, subtraiu, sem violência ou grave ameaça, dez pacotes de biscoito avaliados, no todo, em noventa reais, pertencentes ao supermercado XYZ.

Nesse cenário, é correto afirmar que Jonas:

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão do princípio da insignificância, que afasta a culpabilidade do agente;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do princípio da insignificância, que afasta a tipicidade da conduta;
- (C) não responderá por qualquer crime, em razão do princípio da insignificância, que afasta a ilicitude da conduta;
- (D) responderá pelo crime de furto simples privilegiado;
- (E) responderá pelo crime de furto simples.

53

Na vigência do Código Civil de 1916, a doutrina muito debatia acerca das diferenças e semelhanças entre os institutos da prescrição e da decadência.

Com o advento do Código Civil de 2002, muitas dessas questões foram pacificadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo.

Atualmente, então, é possível citar a seguinte semelhança no regime jurídico da prescrição e da decadência legal:

- (A) podem ser reconhecidas de ofício;
- (B) levam à extinção do direito pela inércia do titular em exigí-lo;
- (C) são regidas pela teoria *actio nata*, segundo a qual o respectivo prazo começa a correr a partir da lesão ao direito;
- (D) salvo disposição legal em contrário, sujeitam-se às mesmas causas de interrupção, suspensão e impedimento;
- (E) admitem renúncia pela parte beneficiada, mas apenas após o transcurso do prazo.

54

Após o encerramento da construção de uma escola municipal, há muito aguardada pela população local, a Administração Pública busca a realização de publicidade quanto à obra finalizada.

Instada pelo prefeito da municipalidade, a Procuradoria apresenta parecer técnico, afirmando que a publicidade da obra deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos.

Nesse cenário, o parecer técnico da Procuradoria municipal tutela o princípio constitucional da:

- (A) proporcionalidade;
- (B) impessoalidade;
- (C) juridicidade;
- (D) legalidade;
- (E) eficiência.

55

João, agente público, em maio de 2023, facilitou a aquisição de bens móveis, por parte do Município Alfa, por preço superior ao de mercado. O Ministério Público, após tomar ciência dos fatos, constatou que João atuou de forma dolosa.

Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, o Ministério Público poderá ingressar com a ação de improbidade administrativa, desde que observado o prazo prescricional de:

- (A) oito anos, contados a partir do conhecimento do fato pelas autoridades competentes, salvo em relação ao ressarcimento ao erário, que não está sujeito a prazo prescricional;
- (B) cinco anos, contados a partir do conhecimento do fato pelas autoridades competentes, inclusive em relação ao ressarcimento ao erário;
- (C) oito anos, contados a partir da ocorrência do fato, salvo em relação ao ressarcimento ao erário, que não está sujeito a prazo prescricional;
- (D) cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato, salvo em relação ao ressarcimento ao erário, que não está sujeito a prazo prescricional;
- (E) cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato, inclusive em relação ao ressarcimento ao erário.

56

João, maior e capaz, vítima do crime de estelionato, comparece à Delegacia de Polícia e exerce o direito de representação. Assim sendo, a autoridade policial dá início às investigações, logrando identificar o responsável pela prática da infração penal. Em seguida, os autos são remetidos ao Ministério Público, que oferece denúncia em face do suposto autor do fato.

A peça acusatória é recebida pelo juízo competente e o processo segue o curso natural. Por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o ofendido afirma que gostaria de se retratar da representação outrora oferecida.

Nesse cenário, considerando a manifestação da vítima e as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o processo:

- (A) será extinto, em razão da retratação do direito de representação, a qual pode ocorrer até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- (B) será extinto, em razão da retratação do direito de representação, a qual pode ocorrer até o encerramento da instrução processual;
- (C) prosseguirá, considerando que a representação é irretratável, depois de recebida a denúncia;
- (D) prosseguirá, considerando que a representação é irretratável, depois de oferecida a denúncia;
- (E) prosseguirá, considerando que a representação, uma vez exercida, é irretratável.

57

João e Guilherme, lutadores profissionais de boxe, disputaram a final do torneio mais importante do esporte em âmbito nacional.

No último *round* da luta, João desviou de um golpe de seu oponente e, ato contínuo, desferiu um soco no rosto de Guilherme, que resultou na abertura do supercílio direito deste, ensejando forte sangramento.

Nesse cenário, João não praticou qualquer crime, pois atuou sob o manto do(a):

- (A) inexigibilidade de conduta diversa, excludente de culpabilidade;
- (B) estrito cumprimento de um dever legal, excludente de ilicitude;
- (C) exercício regular de um direito, excludente de ilicitude;
- (D) estado de necessidade, excludente de culpabilidade;
- (E) legítima defesa, excludente de ilicitude.

58

O executado, intimado para pagar uma quantia de cem mil reais, por força de condenação determinada em sentença transitada em julgado, não efetuou qualquer pagamento, tampouco indicou bens em garantia do juízo. Contudo, ele ofereceu impugnação após dez dias de sua intimação para o pagamento, arguindo a inexecutibilidade do título executivo, pois alegou que a sentença deveria ter sido submetida à remessa necessária, o que não ocorreu.

Nesse contexto, é correto afirmar que a impugnação:

- (A) não será admitida, pois extemporânea, uma vez que nem sequer havia iniciado o seu prazo para oferecimento;
- (B) não será admitida, uma vez que não foi garantido o juízo com qualquer bem em penhora, depósito ou caução;
- (C) será admitida, embora esse meio de defesa tenha sido oferecido antes do início de seu prazo;
- (D) será admitida, pois o seu prazo quinzenal se inicia com a intimação do devedor para o devido pagamento;
- (E) será admitida e deverá ser autuada em separado, formando-se um processo incidente ao cumprimento de sentença.

59

Joana, residente no Município Alfa, decidiu atuar em uma profissão em relação à qual não havia regulamentação legal. Após dois anos de atuação, sobreveio a Lei federal nº X, que regulamentou a referida profissão e passou a exigir algumas qualificações profissionais para o seu exercício, qualificações estas que não eram atendidas por Joana.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Joana:

- (A) exerceu regularmente a profissão em momento anterior à edição da Lei federal nº X, considerando a ausência de disciplina legal, podendo continuar a exercê-la, considerando o direito adquirido ao regime jurídico anterior;
- (B) não poderia exercer a profissão em momento anterior à edição da Lei federal nº X, considerando a ausência de disciplina legal, também não podendo fazê-lo em momento posterior, por não preencher os requisitos exigidos;
- (C) em momento anterior à edição da Lei federal nº X, exerceu a profissão de maneira lícita, considerando a ausência de disciplina legal, não podendo continuar a exercê-la após a superveniência desse diploma normativo, por não preencher os requisitos exigidos;
- (D) não poderia exercer a profissão em momento anterior à edição da Lei federal nº X, considerando a ausência de disciplina legal, mas poderia vir a exercê-la em momento posterior, pois o referido diploma normativo não pode retroagir para alterar a sua situação jurídica;
- (E) exerceu regularmente a profissão em momento anterior à edição da Lei federal nº X, considerando a ausência de disciplina legal, podendo continuar a exercê-la em momento posterior, considerando a inconstitucionalidade do referido diploma normativo, pois a lei não pode restringir o trabalho.

60

O autor, após homologada a sentença que extinguiu o processo, acolhendo seu requerimento de desistência da ação, com o que havia concordado o réu, interpôs apelação no 13º dia útil depois de sua intimação da sentença, requerendo a sua reforma e o prosseguimento do processo. Para tanto, alegou o autor que o motivo que o levou a pedir a desistência da ação não mais existia, e que tal medida atendia ao princípio da economia processual, já que poderia propor novamente a mesma lide.

Nesse cenário, é correto afirmar que a apelação:

- (A) não deve ser conhecida, uma vez que há um fato impeditivo do direito de recorrer;
- (B) não deve ser conhecida, uma vez que há preclusão temporal no processo;
- (C) não deve ser conhecida, uma vez que a apelação não é o recurso cabível;
- (D) deve ser conhecida, uma vez que atende ao princípio da economia processual;
- (E) deve ser conhecida, uma vez que a sentença foi prolatada com resolução do mérito.

61

O Município Alfa, de grande potencial turístico, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de uma cultura "municipalista", editou a Lei municipal nº X, dispondo que as empresas da área de turismo somente poderiam contratar pessoas residentes há mais de dez anos no referido Município. Essa vedação somente seria excepcionada caso demonstrada a inexistência de pessoas que preenchessem esse requisito.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, a Lei municipal nº X é:

- (A) constitucional, considerando que os Municípios devem legislar sobre os interesses locais;
- (B) inconstitucional, pois é vedado aos entes federativos criar quaisquer preferências entre brasileiros;
- (C) constitucional, considerando que cada ente federativo é livre para estabelecer as distinções que mais se ajustem aos interesses da respectiva população;
- (D) constitucional, considerando que a Lei municipal nº X limita-se a reproduzir o comando constitucional que excepciona a igualdade formal para alcançar a igualdade material;
- (E) inconstitucional, pois o tratamento diferenciado só é possível em relação a brasileiros residentes em regiões diferentes, face à obrigação de reduzir as desigualdades regionais.

62

Jairo foi convidado a estudar em Paris por dois anos. Emprestou, então, seu apartamento, em Aracaju, a Helena, sob as seguintes condições:

- (i) se Helena o alugasse enquanto ele estivesse fora, deveria repassar-lhe 50% dos valores dos aluguéis;
- (ii) as obras realizadas para conservação e manutenção do imóvel ficariam por conta de Helena; e
- (iii) as obras de mero deleite, que tornassem o imóvel mais confortável, deveriam ser autorizadas por escrito por Jairo.

Nesse caso, as cláusulas referem-se, respectivamente, a:

- (A) frutos; benfeitorias úteis; benfeitorias voluptuárias;
- (B) produtos; benfeitorias necessárias; benfeitorias úteis;
- (C) frutos; benfeitorias necessárias; benfeitorias voluptuárias;
- (D) produtos; benfeitorias necessárias; acessões;
- (E) frutos; benfeitorias necessárias; acessões.

63

Após a expedição de mandados de prisão preventiva, a Polícia Civil deflagrou operação em face de integrantes de organização criminosa responsável pela prática de dezenas de estelionatos no Estado de Sergipe.

Encerradas as diligências policiais, a defesa técnica postulou, perante o juízo competente, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em benefício de Caio e Matheus. Para tanto, comprovou-se que:

- i) Caio é idoso, contando com 75 anos de idade;
- ii) Matheus é imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) poderá substituir a prisão preventiva de Caio e de Matheus pela prisão domiciliar, desde que aplicadas, concomitantemente, medidas cautelares de natureza diversa da prisão;
- (B) não acolherá o pedido da defesa em relação ao investigado Caio, mas poderá substituir a prisão preventiva de Matheus pela prisão domiciliar;
- (C) não acolherá o pedido da defesa em relação ao investigado Matheus, mas poderá substituir a prisão preventiva de Caio pela prisão domiciliar;
- (D) poderá substituir a prisão preventiva de Caio e de Matheus pela prisão domiciliar;
- (E) não acolherá o pedido da defesa em relação aos investigados Caio e Matheus.

64

Em uma equipe de trabalho, João se destaca por suas habilidades analíticas e por sempre oferecer análises aprofundadas das situações e alternativas que a equipe enfrenta. Já Maria foca em estabelecer os objetivos, planos e procedimentos para transformar as ideias em realidade.

João e Maria desempenham na equipe, respectivamente, os seguintes papéis:

- (A) assessor; organizador;
- (B) conselheiro; produtor;
- (C) explorador; planejador;
- (D) produtor; conector;
- (E) planejador; controlador.

65

João foi preso em flagrante, em razão da suposta prática de crime de latrocínio consumado. Após a conversão da prisão flagrancial em prisão preventiva, o suposto autor do fato consultou o seu advogado sobre as penas que lhe poderiam ser aplicadas, em caso de condenação.

Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, uma pena que pode ser aplicada a João é:

- (A) interdição ou perda de direitos;
- (B) suspensão da posse de bens;
- (C) prestação social cumulativa;
- (D) banimento;
- (E) multa.

66

Benedito vendeu para Rodrigo sua casa em Aquidabã pelo valor de cinco milhões de reais por instrumento particular.

Pago o preço, Benedito recusou-se a cumprir o contrato. Rodrigo judicializou a disputa e o juiz, embora tenha reconhecido a falta da escritura pública para celebração do negócio, recebeu-o como promessa de compra e venda, espécie de negócio jurídico que não exige forma especial.

Nesse caso, é correto afirmar que o juiz:

- (A) equivocou-se, porque, em se tratando de nulidade absoluta por defeito de forma, o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação nem convalesce pelo decurso do tempo;
- (B) acertou, porque havia causa de mera anulabilidade, a qual admite confirmação pelas partes;
- (C) acertou ao realizar a conversão, mesmo diante de causa de nulidade;
- (D) acertou ao realizar a convalidação, mesmo diante de causa de anulabilidade;
- (E) acertou ao reconhecer a convalidação, mesmo diante de causa de nulidade.

67

Caio ajuizou ação em face de Tício, pleiteando a condenação deste a lhe pagar uma obrigação derivada de contrato alegadamente celebrado entre ambos.

Distribuída a petição inicial ao Juízo X, o magistrado procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da ação e ordenou a citação de Tício, que, no prazo legal, ofertou contestação em que negava a existência da obrigação referida pelo autor.

Pouco tempo depois, Tício intentou demanda, cuja inicial foi distribuída ao Juízo Y, em que pleiteava a prolação de sentença declaratória da inexistência da obrigação contratual mencionada na primeira ação.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) os dois processos devem tramitar separadamente e ter os respectivos méritos julgados pelos juízos aos quais as petições iniciais foram originalmente distribuídas;
- (B) os dois processos devem ser reunidos e ter os respectivos méritos julgados pelo Juízo X, que é o prevento;
- (C) os dois processos devem ser reunidos e ter os respectivos méritos julgados pelo Juízo Y, que é o prevento;
- (D) o segundo processo deve ser extinto, em razão do fenômeno da litispendência;
- (E) o segundo processo deve ser extinto, em razão do fenômeno da carência de ação.

68

João, empresário, buscou, junto ao órgão público competente, a chancela para que detenha, legalmente e em seu domicílio, a posse de uma arma de fogo de uso permitido.

Caso a Administração Pública concorde com o pedido formulado pelo particular, haverá a manifestação do poder:

- (A) de polícia, por intermédio de uma autorização;
- (B) vinculado, por intermédio de uma autorização;
- (C) discricionário, por intermédio de uma licença;
- (D) disciplinar, por intermédio de uma licença;
- (E) hierárquico, por intermédio de uma licença.

69

Tendo o autor falecido no curso do processo, o juiz da causa determinou a sua suspensão, até que os herdeiros requeressem a sua integração ao polo ativo, no lugar da parte primitiva.

Esse fenômeno é definido como:

- (A) substituição processual;
- (B) sucessão processual;
- (C) legitimação extraordinária;
- (D) legitimação ordinária;
- (E) expromissão processual.

70

João foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática do crime de furto simples tentado. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos, qual seja, a prestação de serviços à comunidade, em um hospital da rede pública municipal.

No curso da execução, o efetivo cumprimento da prestação de serviço à comunidade foi objeto de fiscalização, apurando-se a regularidade na conduta de João.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, a fiscalização do cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade compete ao:

- (A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- (B) Departamento Penitenciário;
- (C) Conselho da Comunidade;
- (D) Conselho Penitenciário;
- (E) Patronato.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

